

ANC

Ação Regional

29 DEZ 1986

A definição de estratégia comum para o Centro-Oeste feita pelos novos governadores da região no encontro de Goiânia deve ser encarada como oportuno passo para fortalecer a federação. Mesmo porque, de acordo com o documento final que identifica as posições de cada estado, o objetivo prioritário é orientar as potencialidades existentes para a integração socioeconômica.

Assim, não se trata apenas de reclamar maiores investimentos federais decididos imperialmente pela burocracia de Brasília. O Centro-Oeste não só quer ser ouvido, como deseja opinar na fase de elaboração de programas. Em outras palavras, aspira tornar-se objeto de um modelo de desenvolvimento que não repita os erros verificados em outras partes do país.

Os governadores eleitos da região — Rondônia, Mato Grosso, Goiás e Mato Grosso do Sul — apontam o estímulo à industrialização das matérias-primas como a meta principal, pois em torno dela se concentram empregos, rendas e impostos. Esses estados têm, ainda, uma agricultura complementar e, por igual, conjugam experiências pioneiras de colonização com exemplares resultados sociais.

Num momento de transição democrática, às vésperas da Constituinte e em face da penúria a que foi relegada no último meio século de história nacional a federação sonhada em 1891, iniciativas

como a dos novos governadores do Centro-Oeste devem ser realçadas. Por esse caminho de criação de instâncias regionais de poder é que o Brasil poderá restaurar o princípio federativo.

Mera ficção de direito, a federação brasileira é hoje uma anacrônica peça do museu republicano. Falida como instituição política, transformou-se com o tempo numa aberração jurídica que tudo centraliza, dos impostos aos benefícios sociais, da saúde à segurança e à educação, gerando o monstro burocrático que af temos, devorador da autonomia e da liberdade de estados e municípios.

Disfuncional, disforme, concentrador, o sistema vigente esgotado pelos períodos autoritários desde 1930 requer correção imediata. A oportunidade para fazê-lo está na Constituinte. Dela deve surgir uma Constituição capaz de restaurar a prática federativa, de retirar da função do presidente da República atribuições que são a um só tempo de prefeito e de governador.

No âmbito da estratégia comum decidida pelos governadores do Centro-Oeste acha-se embutida a idéia de que a eles e não a Brasília cabe administrar os próprios recursos e assumir a responsabilidade por sua aplicação útil. Desde que não fique na teoria das intenções, o acordo de Goiânia pode representar o começo de uma ação regional útil à nação, num instante em que procura erigir instituições democráticas permanentes.